

## **BOLETIM 496**

**Brasília, 18 de janeiro de 2018**



## **CONTRICOM reforça luta contra a reforma da Previdência**

O presidente da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, informou que a entidade “pretende se somar aos demais segmentos do movimento sindical para reforçar a luta no sentido de impedir a aprovação da PEC que promove a chamada ‘reforma’ da Previdência”.

Segundo o dirigente sindical, “a categoria da construção civil e outras que representamos serão uma das mais prejudicadas caso essa reforma seja aprovada em razão do aumento da mínima e do tempo de contribuição para se aposentar”.

E justificou: “nossos trabalhadores, pela natureza do mercado de trabalho começam a trabalhar muito cedo e em condições de trabalho muito desfavoráveis, até pelas características da atividade que desenvolvem, o que praticamente inviabiliza a aposentadoria aos 65 anos de idade, no caso dos homens, que compõem a grande maioria de nossa categoria - o que se agrava com o aumento do tempo de contribuição para 40 anos, pois a rotatividade do trabalho em nosso segmento é muito elevada”.

Altamiro argumentou que “no caso de nossa categoria e de outras muito penalizadas por condições muito desfavoráveis de trabalho, o certo seria pensar numa aposentadoria diferenciada para garantir que nossos trabalhadores, que são fundamentais para o desenvolvimento do país, consigam se aposentar e viver com dignidade os últimos anos de suas vidas. Com as regras que querem aprovar, essa possibilidade fica praticamente eliminada”.

“Pretendemos nos somar às Centrais Sindicais e desenvolver um amplo trabalho com nossas Federações e Sindicatos com o objetivo de sensibilizar os parlamentares e impedir a aprovação dessa reforma, até porque já ficou demonstrado, depois da CPI da Previdência, que não há rombo no setor, mas sim muita sonegação”, sustentou o líder sindical.

E finalizou: “se o governo quisesse, realmente, combater os privilégios, faria uma reforma focada somente nesses casos que verificamos no setor público e não uma mudança que atinge todos os trabalhadores brasileiros”.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## Posse de ministra: Tribunal volta a negar recursos

**TRF2 não aceita recursos apresentados pela defesa. Posse ocorreria na semana passada. Ministério do Trabalho está sem titular desde 27 de dezembro**

A defesa da ministra nomeada do Trabalho, deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), não teve sucesso em novo recurso que tentava liberar a sua posse no cargo, que estava marcada para o dia 9. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) negou embargos de declaração (modalidade de recurso) contra a decisão.

Já foram várias as tentativas de efetivar a posse, desde que a deputada foi nomeada por Michel Temer, no início do mês. Uma decisão judicial de primeira instância, da 4ª Vara Federal de Niterói (RJ), suspendeu a posse por ver desrespeito ao princípio da moralidade administrativa, já que a deputada foi condenada em ação trabalhista.

"Contra a medida, a deputada apresentou agravo de instrumento, no qual o TRF2 decidiu manter a liminar. Por conta disso ela interpôs os embargos de declaração", informa o Tribunal. A defesa de Cristiane sustentava que a competência para julgar caberia à 1ª Vara Federal de Teresópolis (RJ), onde também foi ajuizada ação popular contra o decreto presidencial de nomeação. Ela também afirmou que preenchia os requisitos legais para o cargo.

"Mas o juiz que analisou os recursos na Corte entendeu que os embargos de declaração não são adequados para discutir tal alegação, por se tratar de questão de mérito, que ainda será



decidida no julgamento do agravo de instrumento, pela 7ª Turma Especializada do TRF2.

O relator do caso é o desembargador federal Sergio Schwaitzer", acrescenta o Tribunal, lembrando ainda que, em agravo apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU), já ficou decidido que todas as ações ficarão na 4ª Vara de Niterói.

O Ministério do Trabalho está sem titular desde 27 de dezembro, quando Ronaldo Nogueira (PTB-RS) retornou à Câmara. Temer decidiu nomear Cristiane após se reunir com o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, pai da deputada.

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## Governo arma calote de 18 bi contra o FAT

O Tesouro Nacional pretende dar um calote DE R\$ 18,3 bilhões no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), recusando-se a reembolsar valores sequestrados anteriormente dos recolhimentos do PIS/PASEP através da Desvinculação das Receitas da União (DRU).



Os recursos do PIS/PASEP são as principais fontes de financiamento do FAT, responsável pelo pagamento do seguro desemprego, do abono salarial e outros benefícios sociais.

A destinação desses tributos está constitucionalmente vinculada para o FAT, no entanto, pelo expediente da DRU, instituído no governo FHC e mantido nos governos de Lula e Dilma, inicialmente 20% e depois 30% desses recursos são sequestrados do FAT e obliterados pelo “buraco negro” do pagamento de juros aos bancos.

A perda dessa receita vinha sendo compensada ao FAT, desde 2007, pelo Tesouro. Em 2017 a arrecadação do PIS/Pasep foi de R\$ 63,1 bilhões sendo que R\$ 18,3 bilhões foram desviados pela DRU. Esse dinheiro não é do governo. O não cumprimento do reembolso é uma apropriação indébita, um assalto ao dinheiro do trabalhador.

O Ministério do Planejamento acena com uma alternativa de compensar o FAT obrigando o BNDES a devolver na marra os recursos que o FAT repassa ao banco.

A alternativa de obtenção de recursos pelo BNDES, pode dar algum alívio para o fluxo de caixa do FAT, mas é uma solução pontual e golpeia o banco. Em 2017, o BNDES foi obrigado a antecipar o pagamento do empréstimo de R\$ 50 bilhões ao Tesouro Nacional e está sendo obrigado a repetir igual operação este ano, agora num montante de R\$ 130 bilhões, num processo predatório do

banco, a pretexto de cumprir “a regra de ouro das contas públicas”, isto é, desviar os recursos públicos para pagar juros aos bancos.

Além da redução nos recursos do FAT, resultantes da retirada de recursos pela DRU, o Fundo vem sofrendo queda na sua arrecadação devido também às desonerações concedidas sobre a arrecadação do PIS/Pasep, especialmente a partir de 2011 pelo governo Dilma e pelo “tsunami” de desemprego provocado pela depressão que a economia atravessa desde meados de 2014.

*Fonte: Portal HP*

## Quase 2 milhões já apoiam o impeachment de Gilmar Mendes

O abaixo-assinado que circula na internet pedindo o impeachment do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), alcançou 1.881.548 (Um milhão, oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e oito) adesões na tarde da quarta-feira (17). A petição, que está hospedada no site change.org, é uma iniciativa do usuário José Luiz Maffei e tem como meta atingir três milhões de assinaturas.

O manifesto pede a destituição de Gilmar e sua inabilitação por oito anos, enumerando ao menos cinco fatos criminosos cometidos pelo ministro. Entre eles, o exercício de atividade político-partidária; prática de atitude desidiosa no cumprimento dos deveres do cargo; participar de julgamento quando deveria se declarar





legalmente suspeito na causa; e o estabelecimento de relações com investigados.

A petição aponta que o ministro “proferiu diversas vezes decisões que contrariam a lei e a ordem constitucional”. O texto cita a libertação de picaretas como Eike Batista, Daniel Dantas e Jacob Barata Filho, da máfia dos ônibus do Rio de Janeiro, réu de quem Gilmar foi padrinho de casamento de uma filha.

Como o julgamento de crime de responsabilidade contra ministros do STF é atribuição do Senado, o documento será encaminhado ao senador Alvaro Dias (Podemos/PR).

*Fonte: Portal HP*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**